



FUNDAÇÃO ANTONIO JORGE DINO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 ACOMPANHADO DO
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.

Teresina, 21 de novembro de 2025.

CE-187-2024.1

DocuSigned by:

Antônio Dino Tavares

C6CFE2335BE7435...

FUNDAÇÃO ANTONIO JORGE DINO
São Luís - MA

Atenção dos Diretores e Acionistas

Prezados,

Temos a satisfação de compartilhar com V.Sas. o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis da **FUNDAÇÃO ANTONIO JORGE DINO** (Entidade), inscrita no CNPJ N° 05.292.982/0001-56, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Este relatório final é o resultado de uma minuciosa auditoria, com o objetivo de oferecer uma visão completa e embasada sobre a situação financeira e patrimonial da empresa.

Durante os procedimentos de auditoria, enfrentamos desafios significativos que demandaram uma abordagem criteriosa e detalhista. Superar esses desafios reforça nosso compromisso em fornecer informações apropriadas e relevantes.

Acreditamos que nosso relatório em conjunto com as Demonstrações Contábeis, a seguir, fornecerá informações valiosas para a compreensão da performance da **FUNDAÇÃO ANTONIO JORGE DINO** e contribuirá para direcionar futuras estratégias.

A confiança depositada em nosso trabalho é de extrema importância e nos motiva a continuar aprimorando nossos processos e serviços. Portanto, estamos à disposição para esclarecer para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário e comentários da administração.

Atenciosamente,



PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.

CRC N° 2SP025652/O-0

Assinado por:

Cleverson Lacerda

8A78B9774073482...

Cleverson Lacerda Silva

CTCRC N° 1SP289079/O-0

A PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Sumário

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	4
Balanço Patrimonial.....	8
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	11
Demonstração do Fluxo de Caixa	12
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis	13



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.
Alves Guimarães, 462, 2º Andar
Jardim Paulista – São Paulo - SP
CEP: 05410-000

+55 (11)3070 1000
 contato@pkfbrazil.com.br
 pkfbrazil.com.br

FUNDAÇÃO ANTONIO JORGE DINO

CE-187-2024.1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração da
FUNDAÇÃO ANTONIO JORGE DINO

São Luís - MA

Opinião adversa

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO ANTONIO JORGE DINO** (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, devido à importância dos assuntos discutidos no parágrafo “Base para opinião adversa”, as demonstrações contábeis, acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO ANTONIO JORGE DINO** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Interpretação Técnica “Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1).

Base para opinião adversa

1. Auditoria de Saldos Iniciais

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós e não nos foi possível revisar o trabalho dos auditores anteriores, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas. Entretanto, nossas análises desenvolvidas, decorrentes de uma primeira auditoria, sobre as transações e valores que compõem os saldos de 31 de dezembro de 2023, conforme determina a NBC TA 510 (ISA 510) – Trabalhos iniciais, saldos iniciais, não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado do exercício e o patrimônio líquido do exercício corrente. Até o término dos nossos trabalhos de campo não recebemos as composições conciliadas dos saldos contábeis referentes ao ativo imobilizado no montante de R\$ 87.910.197, fornecedores no montante de R\$ 4.880.628 e de Empréstimos e Financiamentos no montante de R\$ 36.829.201. Além disso, não nos foi possível satisfazermos-nos por meio de outros procedimentos de auditoria, quanto ao possível efeito desse assunto no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2024, caso esse saldo tivesse sido conciliado pela Entidade.



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.
Alves Guimarães, 462, 2º Andar
Jardim Paulista – São Paulo - SP
CEP: 05410-000

+55 (11)3070 1000
 contato@pkfbrazil.com.br
 pkfbrazil.com.br

2. Imobilizado - Conciliação do controle patrimonial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis, a Entidade possui um saldo de R\$ 95.902.407 de Imobilizado, registrado no ativo não circulante, para o qual a Entidade efetua o cálculo da depreciação de seu ativo imobilizado com base nas taxas fiscais e não possui laudo de vida útil dos itens que compõem o seu ativo imobilizado. Consequentemente, não nos foi possível determinar os possíveis efeitos desse assunto, nos saldos de imobilizado apresentado no Ativo Não Circulante e da Despesa de Depreciação na Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2024, que poderiam ser diferentes, caso se esse assunto fosse concluído.

3. Fornecedores – Composição Analítica

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, a Entidade possui um saldo de R\$ 4.442.702 de Fornecedores, para o quais até a data do término dos nossos trabalhos não nos foi apresentada uma composição conciliada com os respectivos saldos contábeis. Consequentemente, não nos foi possível satisfazermos-nos, ainda que por outros procedimentos de auditoria, quanto à adequação dos saldos de fornecedores do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e os possíveis efeitos, se houver, na demonstração do resultado do exercício e patrimônio líquido do exercício corrente e exercício comparativo.

4. Empréstimos e Financiamentos - Conciliação

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 10, às demonstrações contábeis, a Entidade apresenta no passivo o saldo de R\$ 28.246.048 referentes a Empréstimos e Financiamentos, o qual possui diferenças a menor de R\$ 42.118 no Banco Bradesco, a menor em R\$ 359.186 na Caixa Econômica Federal e maior em R\$ 2.006.602 no Banco Santander em relação as confirmações externas de saldos recebidas das respectivas Instituições Financeiras. Até a finalização de nossos trabalhos de campo, a administração da Entidade não nos apresentou a conciliação dos respectivos saldos em relação às diferenças apontadas nas confirmações externas. Consequentemente, estamos impossibilitados, ainda que através de procedimentos adicionais de auditoria, de concluir sobre os possíveis impactos destas diferenças nas demonstrações contábeis da companhia decorrentes da ausência de conciliação destas diferenças junto àquela instituição financeira.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.

Outros Assuntos

Auditoria do Exercício Anterior

As demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO ANTONIO JORGE DINO**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores, com emissão do relatório do auditor em 19 de abril de 2024, contendo opinião sem modificação.



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.
 Alves Guimarães, 462, 2º Andar
 Jardim Paulista – São Paulo - SP
 CEP: 05410-000

+55 (11)3070 1000
 contato@pkfbrazil.com.br
 pkfbrazil.com.br

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que inclui a Interpretação Técnica “Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.
Alves Guimarães, 462, 2º Andar
Jardim Paulista – São Paulo - SP
CEP: 05410-000

+55 (11)3070 1000
contato@pkfbrazil.com.br
pkfbrazil.com.br

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis ou atividades de negócio da Empresa para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Empresa e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Teresina, 05 de novembro de 2025.



PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
CRC N° 2SP025652/O-0

Assinado por:

Cleverson Lacerda

8A78B9774073482...

Cleverson Lacerda Silva
CTCRC N° 1SP289079/O-0

A PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA., é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

FUNDAÇÃO ANTONIO JORGE DINO**Balanço Patrimonial**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**Balanço Patrimonial apresentado em Reais**

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	35.238.823	35.191.982	Fornecedores	10	4.442.702	4.880.628
Contas a receber	5	22.270.362	25.436.383	Empréstimos e Financiamentos	11	7.227.428	8.555.910
Estoques	6	6.010.984	3.921.433	Obrigações Trabalhistas	12	5.795.594	7.503.550
Despesas Antecipadas		117.771	77.506	Passivo Fiscal	13	5.241.672	6.579.476
Adiantamentos	7	2.185.248	3.994.313	Subvenções e Doações	14	12.290.044	29.363.464
		65.823.188	68.621.617	Outras Obrigações		38.348	36.326
						35.035.788	56.919.354
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Aplicações Financeiras	8	1.764.496	1.777.496	Empréstimos e Financiamentos	11	21.018.620	28.273.291
Imobilizado	9	97.904.582	90.179.647	Passivo Fiscal	12	6.969.788	8.648.864
		99.669.078	91.957.143	Subvenções e Doações	14	12.000.100	14.221.597
				Outras Obrigações		67.319	-
				Provisão para Contingências	15	522.910	-
						40.578.737	51.143.752
Total do Ativo		165.492.266	160.578.760	Patrimônio Líquido	16		
				Patrimônio Social		16.534.026	16.534.026
				Superávits acumulados		73.343.715	35.981.628
						89.877.741	52.515.654
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		165.492.266	160.578.760

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

FUNDAÇÃO ANTONIO JORGE DINO

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Resultado do exercício apresentado em Reais

	Nota	2024	2023
Receita Operacional Líquida	17	169.867.071	138.794.958
Custo dos Produtos/Serviços Vendidos	18	(112.228.961)	(96.964.979)
Superávit operacional bruto		57.638.110	41.829.979
Despesas Gerais e Administrativas			
Despesas Administrativas	19	(5.990.181)	(4.400.378)
Despesa com pessoal	20	(13.481.074)	(11.558.465)
Depreciação		(493.270)	(374.388)
Outras Receitas e Despesas	21	4.393.693	(3.386.853)
		(13.721.319)	(19.720.084)
Resultado Operacional		42.067.278	22.109.895
Resultado Financeiro, líquido	22	(4.705.192)	(6.156.882)
Superávit do exercício		37.362.086	15.953.013

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

FUNDAÇÃO ANTONIO JORGE DINO

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Resultado abrangente apresentado em Reais

Nota	2024	2023
Superávit do exercício	37.362.086	15.953.013
Outros resultados abrangentes Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-
Resultado Abrangente	37.362.086	15.953.013

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

FUNDAÇÃO ANTONIO JORGE DINO

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Movimentação da Mutação do Patrimônio Líquido apresentado em reais

	Nota	Patrimônio Social	Superávits e Déficits Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	16	16.534.026	20.028.615	36.562.641
Superávit do Exercício		-	15.953.013	15.953.013
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16	16.534.026	35.981.628	52.515.654
Superávit do Exercício		-	37.362.086	37.362.086
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16	16.534.026	73.343.714	89.877.740

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

FUNDAÇÃO ANTONIO JORGE DINO

Demonstração do Fluxo de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Fluxo de Caixa apresentado em reais

	Nota	2024	2023
Atividade Operacional			
Superávit do exercício		37.362.086	15.953.013
Itens que Não Afetam o Caixa:			
Depreciação	9	4.564.552	4.242.301
Ajuste a Valor Recuperável do Contas a Receber	5	39.071	4.024.909
Provisão para Contingências	15	522.910	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado baixado	5	327.951	73.573
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados	22	4.288.049	4.566.466
Superávit ajustado		47.104.619	28.860.262
(Aumento) / Diminuição das Contas do Ativo			
Aplicações financeiras		13.000	40.004
Contas a Receber		3.126.950	(11.881.265)
Estoques		(1.822.276)	846.984
Despesas Antecipadas		(40.264)	454
Adiantamentos		1.809.065	(843.203)
Aumento / (Diminuição) das Contas do Passivo			
Fornecedores		(437.926)	(646.833)
Passivo Fiscal		2.554.679	7.469.303
Receita Diferida - Subvenções		(2.493.288)	(2.610.271)
Obrigações Trabalhistas e Sociais		(1.707.956)	1.986.768
Outras Contas a Pagar		(16.732.288)	22.329.448
Pagamento de parcelamentos tributários		(5.571.559)	(4.526.665)
Caixa Gerado pela Atividade Operacional		25.535.481	41.024.986
Atividades de Investimento			
Adições do Ativo Imobilizado	9	(12.617.438)	(15.361.247)
Caixa Consumido pela Atividade de Investimentos		(12.617.438)	(15.361.247)
Atividades de Financiamento			
Pagamento de Juros sobre Empréstimos e Financiamentos		(4.176.775)	(3.968.772)
Pagamento do Principal sobre Empréstimos e Financiamentos		(8.694.427)	(4.292.674)
Caixa Consumido pela Atividade de Financiamento		(12.871.202)	(8.261.446)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		46.841	17.402.293
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	35.191.982	17.789.689
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	35.238.823	35.191.982
		46.841	17.402.293

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

FUNDAÇÃO ANTONIO JORGE DINO

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Notas apresentadas em reais, exceto se indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A Fundação Antônio Jorge Dino é uma Entidade privada sem fins lucrativos com sede à rua Seroa da Mota, nº 23, Apeadouro, município de São Luís, Estado do Maranhão, constituída sob o CNPJ nº 05.292.982/0001-56. A Fundação Antônio Jorge Dino foi criada através de escritura pública, a partir da união da Rede Feminina de Combate ao Câncer e a Liga Maranhense de Combate ao Câncer, em dezembro de 1976. É uma entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, com atuação na Área da Saúde, especializada na prevenção, diagnóstico e tratamento de câncer no Estado do Maranhão, prestando assistência médico-hospitalar e serviços complementares de saúde para população em geral, independentemente de credo religioso, ideologia política, ou condição social, conforme estabelece seu Estatuto Social.

Para executar suas finalidades estatutárias a Fundação Antônio Jorge Dino conta com:

- Hospital do Câncer Aldenora Bello-HCAB que dispõe de 164 leitos de internação. 7 salas cirúrgicas, 10 leitos de UTI, 1 braquiterapia e 4 aceleradores lineares, 30 poltronas de quimioterapia, 1 Serviço de Pronto Atendimento, com 8 leitos e 9 poltronas, com taxa de ocupação em média de 77,72%;
- Núcleo de Voluntárias que prestam serviços complementares de saúde, duas Casas de Apoio que hospedam crianças e senhoras carentes oriundas do interior do estado em tratamento;
- Serviço de Telemarketing para captação de doações;
- Consultório Móvel de Prevenção de Câncer;
- Serviços complementares à saúde para cumprimento de vários programas de humanização hospitalar e gestão de pessoas.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado ao contrário.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que incluindo a Interpretação Técnica “Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1).

Essas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societárias brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva em 28 de abril de 2025.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024 que tenham impacto relevante nas demonstrações contábeis da Entidade.

2.4. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.5. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis, e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas, principalmente, nas notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 5 – Perdas Estimadas – Ajuste ao Valor Recuperável
- Nota Explicativa nº 9 – Depreciação

2.6. Reclassificação da Demonstração de Fluxos de Caixa

No exercício de 2024, procedeu-se à reclassificação de itens na Demonstração dos Fluxos de Caixa para melhor apresentação. Os pagamentos referentes a parcelamentos tributários, no valor de R\$ 4.526.665 ocorridos em 2023, anteriormente classificados como "Passivos Fiscais", foram realocados para o fluxo de caixa de "Parcelamentos Tributários".

3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente e apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Entidade para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Entidade tenha aplicado o expediente prático, a Entidade inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Entidade para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos e caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

ii. Mensuração subsequente

Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Entidade ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, contas a receber com Partes Relacionadas e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante.

iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

v. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

- A Entidade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Entidade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Entidade nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Entidade transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Entidade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Entidade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações retidas pela Entidade.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Passivos financeiros

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Empresa incluem Fornecedores e Outras Contas a Pagar, Adiantamentos de Clientes, Empréstimos e Financiamentos.

ii. Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento. A Entidade não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

i) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

b) Contas a Receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo montante original da prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade.

A Entidade concede normalmente prazo de até 30 dias para o recebimento, depois de efetuado o faturamento, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante. Esse prazo é considerado pela administração como parte das condições comerciais inerentes das operações da Entidade, não caracterizando uma operação de financiamento. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado (valor justo), ajustado pela provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

A provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (ajuste a valor recuperável) é reconhecida com base na análise dos valores a receber de clientes, em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas quando de sua realização, segundo critérios definidos pela Administração, representados basicamente pela análise individualizada das contas a receber em atraso.

c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada e, em geral, compreendem materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo e outros produtos relacionados à atividade hospitalar.

A Entidade controla a obsolescência destes estoques e quando identificada uma provisão para perdas com estes estoques a provisão é constituída.

d) Depósitos Judiciais

Existem situações em que a Entidade questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

e) Propriedades para Investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos mantidos para auferir valorização do capital, conforme divulgado na Nota 7.

As propriedades para investimento estão demonstradas pelos seus respectivos valores justos, os quais foram obtidos através de laudos de avaliação elaborados por entidades profissionais com qualificação reconhecida. A variação no valor justo das propriedades para investimento é reconhecida na demonstração do resultado do exercício, no período em que referida valorização ou desvalorização tenha ocorrido.

f) Imobilizado

i. Reconhecimento e Mensuração

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, o complexo hospitalar onde são desenvolvidas as operações da Entidade, os quais são demonstrados pelo custo atribuído em 31 de dezembro de 2010, acrescido de gastos incorridos a partir daquela data pelo custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Os demais itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos líquidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos Subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Considerando que historicamente a Entidade não efetua a alienação de seus principais itens do imobilizado, senão na forma de sucata, o valor residual dos itens do imobilizado será considerado como igual a zero.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – “*Impairment*”

A Administração da Entidade avalia e monitora periodicamente o desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico Brasileiro CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso exista evidências claras de que a empresa possui ativos avaliados por valor não recuperável ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Não foram identificados indícios de *Impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Os Ativos avaliados e que estão sujeitos a algum risco de *Impairment* são os bens do Ativo Imobilizado, Contas a Receber, Estoques, Outras Contas a Receber.

h) Contas a Pagar aos Fornecedores e Serviços Médicos

As contas a pagar aos fornecedores e honorários de serviços médicos são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, uma vez que o pagamento é devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

j) Obrigações Trabalhistas

Constituída com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes. A Entidade tem por prática reconhecer tal obrigação à curto e longo prazo em função da perspectiva de pagamento.

k) Provisão para Contingências

Constituídas com base no parecer dos assessores legais, consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas.

l) Reconhecimento de Receitas

Receitas de Prestação de Serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade, sendo reconhecida com base na etapa de execução dos serviços até a data-base do balanço, compreendendo parcelas já faturadas e outras a faturar pelos serviços prestados, na medida em que todos os custos relacionados com os serviços prestados podem ser mensurados confiavelmente.

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita, está apresentada líquida de descontos concedidos e glosas.

Receitas de Subvenções e Doações

A Entidade reconhece as suas receitas nas seguintes condições:

- As receitas de subvenção são reconhecidas de acordo com a ITG 2002 (R1) como receitas diferidas no passivo, sendo reconhecidas como receita no resultado em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

As subvenções governamentais, inclusive a subvenção não monetária a valor justo é reconhecida pela Entidade quando existe segurança de que:

- a) A Entidade cumprirá todas as condições estabelecidas; e
- b) A subvenção será recebida.

A subvenção para custeio é reconhecida como receita e confrontada com as despesas que pretende compensar, desde que atendidos a norma contábil NBC TG 1000 (R1), Seção 24 - Subvenção Governamental.

Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, as contrapartidas da subvenção são em conta específica do passivo.

- As receitas de vendas de serviços são mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A Entidade realiza atendimentos a usuários por meio de serviços na área da saúde e de forma complementar, sendo que estes fazem parte do rol de procedimentos custeados pelo SUS

m) Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras são compostas por receitas de juros sobre as aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as tarifas bancárias no curso normal das operações da Entidade.

n) Determinação do Valor Justo

Diversas políticas e divulgações contábeis requerem a determinação do valor justo tanto para ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

o) Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 7 - Demonstração de Fluxos de Caixa.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2024	2023
Caixa	31.124	18.373
Contas correntes		
Caixa Econômica Federal	6.937	91.862
Banco Daycoval	509	1.123
Banco do Brasil	957	83.746
Banco Bradesco S.A	21.988	8.569
	30.391	185.300
Caixa Restrito		
Contas correntes		
Caixa Econômica Federal	246.724	447.676
Banco do Brasil	1.091	164.169
	247.815	611.845
Total das contas correntes	278.206	797.145
Aplicações financeiras		
Banco do Brasil	1.353.666	921.941
Banco Bradesco S.A	37.419	8.372
Banco Santander	213.243	597.582
Caixa Econômica Federal	24.393.726	7.377.292
	25.998.054	8.905.187
Caixa Restrito (i)		
Aplicações financeiras		
Banco do Brasil S/A	8.201.965	245.463
Banco Santander	-	25.051
Caixa Econômica Federal	729.474	25.200.763
	8.931.439	25.471.277
Total das aplicações financeiras	34.929.493	34.376.464
	35.328.823	35.191.982

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros produtos de investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Os investimentos são representados por títulos de renda fixa de baixo risco, com remuneração média é 10,89%, com prazo de vencimento em 30 dias. O resgate antecipado destas operações não apresenta penalidades para a Entidade.

- (i) Caixa Restrito – Refere-se aos recursos vinculados ao Termo de Compromisso firmado entre o Ministério da Saúde e a Fundação Antônio Jorge Dino, com a finalidade de executar projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON). O objeto do referido Termo é a ampliação da oferta de exames de ressonância magnética para a detecção precoce do câncer nas dependências hospitalares, contribuindo para o fortalecimento da Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer. Os recursos estão alocados para a aquisição de equipamento específico, com previsão de aplicação no prazo de 12 meses.

5. Contas a Receber de Clientes

a. Composição Contábil:

	2024	2023
Convênios a Receber	2.585.898	3.100.279
SUS	16.002.781	17.585.556
Secretaria Estadual de Saúde do Maranhão	5.486.728	10.945.970
Particulares	133.452	196.759
	24.208.859	31.828.564
Ajuste a Valor Recuperável do Contas a Receber	(1.938.497)	(6.392.181)
Contas a Receber Líquido	22.270.362	25.436.383

b. Composição por Vencimento de Títulos:

	2024	2023
A vencer	11.903.221	14.742.620
Vencidos		
Até 30 dias	9.906.034	9.068.653
De 31 a 60 dias	372.225	149.438
De 61 a 90 dias	88.883	1.475.672
De 91 a 120 dias	19.696	1.486.891
Acima de 120 dias	1.918.801	4.905.290
	24.208.860	31.828.564

c. Movimentação do Ajuste a Valor Recuperável:

Em 31 de dezembro de 2022	2.550.796
Adições	6.392.181
Baixa	(2.550.796)
Em 31 de dezembro de 2023	6.392.181
Adições	-
Baixa	(4.453.683)
Em 31 de dezembro de 2024	1.938.497

A Entidade inclui na conta redutora para ajuste a valor recuperável do contas a receber, considerando o procedimento de adicionar 100% do valor dos títulos em aberto acima de 90 dias, assim como analisa a perspectiva de recebimento caso a caso dos itens incluídos.

A composição do contas a receber refere-se, em sua maioria, a convênios médico-hospitalares, os quais abrangem entidades de seguro saúde, convênios com operadoras de planos de saúde, serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e entidades que realizam gestão própria de assistência à saúde para seus empregados. A outra parte corresponde a valores a receber decorrentes, principalmente, de emendas parlamentares e de aportes de recursos do Fundo Nacional de Saúde.

6. Estoques

	2024	2023
Almoxarifado	2.427.908	1.949.046
Farmácia	3.583.076	1.972.387
	6.010.984	3.921.433

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

7. Outros Créditos

	2024	2023
Importações em Andamento	-	1.477.036
Adiantamentos a Funcionários	1.298.145	958.115
Adiantamentos a Fornecedores	737.584	1.365.650
Outros	149.519	193.512
	2.185.248	3.994.313

O saldo refere-se a adiantamentos concedidos a colaboradores, de acordo com a política interna, a título de salários ou férias, bem como a adiantamentos efetuados a fornecedores, conforme práticas usuais de mercado e em conformidade com os termos contratuais vigentes

8. Aplicações Financeiras

	2024	2023
Título de Capitalização – Bradesco S.A.	117.500	117.500
Título de Capitalização - Caixa Econômica Federal S.A.	27.000	-
Invest Capitalização S/A - Maracap	1.619.996	1.659.996
	1.764.496	1.777.496

O saldo registrado em aplicações financeiras refere-se, principalmente, à posse de títulos de capitalização adquiridos pela entidade junto a sociedades de capitalização autorizadas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). Esses títulos possuem características de produtos financeiros, que combinam capitalização com a possibilidade de participação em sorteios de prêmios, conforme regulamento específico de cada emissão.

A Fundação adquire esses títulos como forma de captar recursos para apoio às suas atividades sociais, especialmente através da cessão do direito de resgate por parte dos subscritores, conforme previsto na legislação vigente (Lei nº 14.332/2022). Os valores correspondentes a esses títulos estão registrados de acordo com o prazo previsto para resgate.

9. Imobilizado

a. Composição Contábil

	Custo	Depreciação	2024	2023
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos e Edificações	16.246.985	(5.958.448)	10.288.537	10.699.830
Veículos	1.142.874	(779.411)	363.463	463.920
Máquinas e Equipamentos	46.938.552	(23.509.753)	23.428.799	24.314.249
Móveis, Instalações e Utensílios	3.980.079	(1.003.794)	2.976.285	2.926.970
Imobilizado em Andamento (i)	60.847.498	-	60.847.498	51.774.678
	129.155.988	(31.251.406)	97.904.582	90.179.647

As obras da filial do Hospital do Câncer nas cidades de Santa Inês e Pinheiro (MA) encontram-se em andamento. Paralelamente, estão sendo realizadas melhorias no setor de radioterapia do hospital em São Luís e a construção de uma nova Casa de Apoio da Fundação Antônio Dino.

Atualmente, todos os projetos encontram-se em estágio avançado de conclusão, com previsão de inauguração para 2026. As novas instalações terão como foco o atendimento nas especialidades de relacionadas ao tratamento de pacientes com câncer.

b. Movimentação do Imobilizado

	2022	Adições	Baixas	Transf.	2023	Adições	Baixas	Transf.	2024
Custo									
Terrenos e Edificações	13.498.528	2.075.772	-	672.685	16.246.985	-	-	-	16.246.985
Veículos	656.094		-	486.780	1.142.874	-	-	-	1.142.874
Máquinas e Equipamentos	43.343.750	1.409.458	(602.289)	421.411	44.572.330	3.089.551	(723.329)	-	46.938.552
Móveis, Instalações e Utensílios	3.747.209	228.307	(82.514)	12.651	3.905.653	349.347	(370.024)	95.103	3.980.079
Imobilizado em Andamento	41.915.869	11.454.032	(1.696)	(1.593.527)	51.774.678	9.178.540	(10.617)	(95.103)	60.847.498
	103.161.450	15.167.569	(686.499)	-	117.642.520	12.617.438	(1.103.970)	-	129.155.988
Depreciação									
Terrenos e Edificações	(5.135.862)	(411.293)	-	-	(5.547.155)	(411.293)	-	-	(5.958.448)
Veículos	(627.513)	(51.441)	-	-	(678.954)	(100.457)	-	-	(779.411)
Máquinas e Equipamentos	(17.113.576)	(3.679.911)	535.406	-	(20.258.081)	(4.094.545)	679.766	163.107	(23.509.753)
Móveis, Instalações e Utensílios	(956.547)	(99.656)	77.520	-	(978.683)	41.743	96.253	(163.107)	(1.003.794)
	(23.833.498)	(4.242.301)	612.926	-	(27.462.873)	(4.564.552)	776.019	-	(31.251.406)
Imobilizado Líquido	79.327.952	10.925.268	(73.573)	-	90.179.647	8.052.886	(327.951)	-	97.904.582

c. Premissas Subjacentes ao Reconhecimento

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, pelo custo de aquisição acrescido dos gastos aferidos para que o ativo entre em operação. Os terrenos não são depreciados, a depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa Média	Anos
Edificações	4%	25
Instalações	10%	10
Eletrônicos, Maquinários e Equipamentos	10%	10
Móveis, Máquinas e Equipamentos	10%	10
Veículos	25%	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

10. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores de Materiais	2.664.246	2.703.195
Prestadores de Serviços Diversos	831.715	796.022
Prestadores de Serviços Médicos	946.741	1.381.411
	4.442.702	4.880.628

O saldo de Fornecedores de Serviços Médicos, refere-se a honorários a repassar aos médicos que foram incorridos nos atendimentos de pacientes de operadoras de saúde ou dos pacientes particulares. Os montantes destacados acima, são constituídos na ocorrência dos eventos e representam a estimativa de liquidação desta obrigação legal, prevista para ocorrer no prazo médio de até 90 dias após a emissão do faturamento para as operadoras de saúde, referente aos respectivos atendimentos a pacientes realizados na Entidade. Com relação aos fornecedores, o prazo médio é o mesmo e de acordo com as condições contratuais.

11. Empréstimos e Financiamentos

a. Composição Contábil

	2024	2023
Empréstimos e Financiamentos Nacionais	34.231.069	46.800.274
(-) Juros a Incorrer	(5.985.021)	(9.971.073)
	28.246.048	36.829.201
 Curto Prazo	 7.227.428	 8.555.910
Longo Prazo	21.018.620	28.273.291

b. Empréstimos e Financiamentos Nacionais

Instituição Financeira	Início	Vencimento	Principal	Tipo	Taxa a.a.	2024	2023
Caixa Econômica Federal	10/10/2020	15/01/2027	28.250.000	Capital de Giro	10,44%	17.649.019	21.564.472
Banco Bradesco	21/12/2021	15/12/2028	10.000.000	Capital de Giro	15,42%	7.096.928	8.371.775
Banco Bradesco	15/02/2023	15/01/2027	1.100.000	Capital de Giro	22,00%	692.167	942.607
Banco Santander	01/12/2023	15/12/2026	3.000.000	Capital de Giro	17,60%	2.177.984	3.005.900
Banco Santander	15/08/2023	15/07/2028	750.000	Capital de Giro	21,70%	629.950	738.959
Banco Santander	16/06/2023	22/03/2024	988.849	Crédito Rotativo	27,03%	-	988.849
Banco Daycoval	09/12/2019	08/11/2024	5.000.000	Capital de Giro	14,16%	-	1.216.639
						28.246.048	36.829.201

c. Fluxos dos Pagamentos

	Caixa Econômica	Bradesco	Santander	Total
2025	4.035.714	1.699.405	1.150.000	6.885.119
2026	6.311.117	2.056.881	1.162.500	9.530.498
2027	7.302.188	2.006.881	382.934	9.692.003
2028	-	2.025.928	112.500	2.138.428
	17.649.019	7.789.095	2.807.934	28.246.048

d. Garantias Contratuais

Os empréstimos bancários são garantidos pela Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios referente aos recebíveis junto ao Ministério da Saúde e penhor de títulos de crédito.

e. Cláusulas restritivas (covenants)

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa possuía empréstimos sujeitos a cláusulas restritivas (“covenants”) relacionadas a adimplência dos pagamentos de principal e juros.

Cláusula restritiva relativa a:	Cláusula
Operações no Banco Bradesco	Adimplência de Principal e Juros, Protestos de Títulos e Recuperação Judicial
Operações no Banco Daycoval	Adimplência de Principal e Juros e de obrigações perante terceiros
Operações no Banco Santander	Adimplência de Principal e Juros e de obrigações perante terceiros, Credenciamento ao SUS, Protesto, Falência e Recuperação Judicial.
Operações na Caixa Econômica Federal	Adimplência de Principal e Juros e de obrigações perante terceiros, Credenciamento ao SUS, Protesto, Falência e Recuperação Judicial.

As dívidas relacionadas seguem classificadas nestas demonstrações financeiras de acordo com o fluxo contratual originalmente estabelecido. A Administração mantém a adimplência dos contratos e entende que os covenants dos contratos estão garantidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

12. Obrigações Trabalhistas e Sociais

	2024	2023
Férias a Pagar	3.304.864	2.942.472
Salários a Pagar	1.291.138	2.026.892
FGTS a Recolher	261.903	375.741
FGTS sobre Férias a Pagar	263.848	234.219
INSS a Recolher de Empregados	208.248	1.606.430
Plano de Saúde	146.328	83.863
Empréstimo Consignado	139.198	118.513
Outras Obrigações Trabalhistas	180.067	115.420
	5.795.594	7.503.550

13. Passivo Fiscal

	2024	2023
Circulante		
Parcelamentos Tributários (i)	4.702.656	5.345.888
ISS	134.209	134.527
IRRF	404.807	1.099.061
	5.241.672	6.579.476
Não Circulante		
Parcelamentos Tributários (i)	6.969.788	8.648.864
	6.969.788	8.648.864
Total de Passivo Fiscal	12.211.460	15.228.340

(i) Parcelamento referente a impostos e contribuições retidos na fonte (IRRF, CSRF e INSS), relativos aos exercícios de 2021, 2022 e 2023, cujo pagamento não foi realizado nos respectivos vencimentos em razão de dificuldades financeiras enfrentadas pela entidade. Os parcelamentos em aberto tem entre 15 e 90 meses, com a última parcela a ser liquidada em 2031.

14. Subvenções e Doações

	2024	2023
Subvenções a realizar (i)		
Patrocínio e Incentivo Fiscal - PRONON	7.857.910	-
Convenio IRM - CEF Ag 3959 CC 176-4	1.477.263	1.547.838
Termo de Fomento 019/2023 SEMUS	507.959	14.514.849
Convenio IRM- BB C/C 5768-1	330.901	233.976
Termo Fomento 000/2023 SEMUS	314.911	-
Lei 14.434/2022 Piso Salarial da Enfermagem	238.974	1.334.326
Termo de Convênio 04/2023 SEMUS	170.183	-
Convenio SES - 06/2016- BB 5788-6	52.856	203.906
Termo Fomento 021/2023 SEMUS	25.660	2.432.769
Convenio MS- 833862/2016- BB 255074-1	13.000	13.000
Termo de Convênio 011/2024 SES	10.727	-
Precatórios do Ministério do Trabalho	33	-
Termo Fomento 016/2023 SEMUS	-	615.126
Termo Fomento 017/2023 SEMUS	-	1.094.218
Termo Fomento 018/2023 SEMUS	-	204.192
Termo Fomento 015/2023 SEMUS	-	255.146
Termo Fomento 020/2023 SEMUS	-	4.050.832
Termo Fomento 026/2023 SEMUS	-	164.000
Termo Fomento 020/2023 SEMUS	-	9.800
Convenio 021/2023 SES	-	1.066.715
Bazar Receita Federal	-	61.311
	11.000.377	27.802.006

	2024	2023
Receitas Diferidas (ii)		
Máquinas e Equipamentos	24.861.082	24.737.037
Imóveis e Instalações	763.674	763.674
Veículos	240.677	240.677
Mobiliário	22.625	22.625
(-) Depreciação	(12.598.291)	(9.980.958)
	13.289.767	15.783.055
	24.290.144	43.585.061
Curto Prazo	12.290.044	29.363.464
Longo Prazo	12.000.100	14.221.597

A Entidade mantém convênios com o SUS, através do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde, para compra de equipamentos hospitalares e para o custeio das atividades. Os convênios são apropriados ao resultado, conforme a execução da contrapartida prevista em cada acordo contratual, segregado entre curto e longo prazo, com base na previsão de execução dos próximos 12 meses. O imobilizado será apropriado ao resultado conforme a ocorrência da depreciação em linha com a vida útil de cada bem.

Em 2024, observou-se uma expressiva redução nos recursos recebidos em comparação a 2023. Essa queda deve-se, principalmente, à diminuição no número de novas parcerias com o Ministério da Saúde e outros entes públicos. Dessa forma, a execução financeira do ano foi composta basicamente pela utilização dos recursos de termos de fomento já celebrados anteriormente, os quais têm sua execução contínua ao longo do ano. Esses recursos se destinam ao custeio das despesas operacionais da Fundação conforme as regras definidas nos Termos de Fomento.

- (i) As subvenções recebidas pela entidade têm origem em convênios, termos de fomento, patrocínios e incentivos fiscais, especialmente aqueles vinculados ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – PRONON, além de repasses federais, estaduais e municipais para apoio às atividades assistenciais, custeio de serviços de saúde e cumprimento de políticas públicas, como o piso salarial da enfermagem (Lei nº 14.434/2022).
- (ii) As receitas diferidas representam subvenções vinculadas à aquisição de máquinas e equipamentos, imóveis e instalações, veículos e mobiliário, destinadas à expansão e modernização da estrutura hospitalar.

15. Provisões para Contingências e Depósitos Judiciais

	2024	2023
Contingências cível e trabalhistas	522.910	-
	522.910	-

Com base na avaliação de risco de seus assessores jurídicos, a Empresa constitui provisões para contingências cível e trabalhistas para fazer face ao risco provável identificado nos processos contenciosos, como segue:

A movimentação das contingências classificadas como prováveis e possíveis esta apresentada no quadro abaixo:

	2023	Adições	Baixas	2024
Prováveis	-	522.910	-	522.910
Possíveis	1.622.530	300.000	(647.468)	1.275.062

As baixas decorrem de processos em que houve mudança por revisão da estimativa de perda no valor da contingência e processos arquivados.

Os processos judiciais, avaliados como de perda provável, movidos contra a Empresa e, portanto, provisionados, em 31 de dezembro de 2024 estão divididos da seguinte forma:

Tipo de ação	2024		2023	
	Valor	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações
Cíveis	396.000	1	-	-
Trabalhistas	126.910	7	-	-
	522.910	8	-	-

Os processos judiciais, avaliados como de perda possível, movidos contra a Entidade e, portanto, não provisionados, em 31 de dezembro de 2024, estão divididos da seguinte forma:

Tipo de ação	2024		2023	
	Valor	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações
Cíveis	1.196.772	11	765.772	9
Trabalhistas	78.290	1	856.758	10
	1.275.062	12	1.622.530	19

16. Patrimônio Social

Conforme estatuto social, a Entidade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o resultado do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

17. Receitas Operacionais

A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos e não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamento relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos convênios e que também estavam contempladas nas provisões para perdas nos momentos do reconhecimento da receita, em contrapartida no contas a receber, com base nos dados históricos.

	2024	2023
SUS – Serviços Prestados Nota 24 (a)	97.167.969	76.056.447
Convênios e Aportes Extras (b)	43.787.477	37.155.418
Particulares (i)	11.132.416	8.692.346
Planos de Saúde (ii)	7.686.039	7.480.394
Subvenções e Doações (iii)	10.585.206	10.278.608
	170.359.107	140.113.213
Glosas	(492.036)	(1.318.255)
Receita Operacional Líquida	169.867.071	138.794.958

(i) Referem-se a receitas com o atendimento de pacientes não ligados a convênios de plano de saúde;

(ii) Referem-se a pacientes de seguradoras e convênios médico hospitalares, os quais congregam Entidades de seguro saúde, convênios médico hospitalares e Entidades que efetuam gestão própria para seus empregados.

(iii) Subvenções patrimoniais realizadas por Governos (Federal, Estadual e Municipal), por entidade privada (Instituto Ronald McDonald) e Pessoas Físicas (Doações Anônimas).

a. SUS Contratualizado

	2024	2023
Atendimento Ambulatorial – SUS	52.293.331	41.651.121
Internações Hospitalares - AIH – SUS	44.874.638	34.405.326
	97.167.969	76.056.447

b. Convênios e Aportes Extras

	2024	2023
Repasso de Recursos – SEMUS (i)	17.018.669	8.101.357
Repasso de Recursos - SES (i)	16.433.983	16.434.336
Piso Salarial da Enfermagem (ii)	6.167.974	2.829.281
Emenda Parlamentar – SES (iii)	3.210.449	1.053.610
Precatórios Ministério do Trabalho	956.402	763.001
Emenda Parlamentar – MS	-	7.938.632
Convênio Prefeituras	-	35.200
	43.787.477	37.155.418

- (i) Refere-se ao recebimento de recursos por estados e municípios, conforme a Portaria nº 754/2023 do Ministério da Saúde, que autoriza o repasse de recursos financeiros para o incremento temporário do custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde
- (ii) Portaria Nº 1.135/2023 - Refere-se a auxílio financeiro destinado ao cumprimento do piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras e dispõe sobre o repasse referente ao exercício de 2024.
- (iii) Referem-se a recursos recebidos através de emendas parlamentares para aplicação no custeio direto e aquisição de equipamento de atendimentos de pacientes no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS através do convênio nº 21/2023 firmados com a Secretaria Estadual de Saúde – SES.

18. Custos dos Serviços Prestados

	2024	2023
Serviços de Terceiros (i)	36.580.766	29.759.746
Custo com pessoal	33.544.533	29.264.399
Medicamentos e Material Hospitalar (ii)	27.930.901	24.624.266
Custo com Manutenção	4.904.592	3.965.196
Depreciação	4.071.283	3.869.609
Aluguel	2.204.359	1.732.075
Nutrição	1.548.668	1.413.305
Energia Elétrica	876.555	934.306
Seguros	111.782	28.399
Limpeza, Higienização e Lavanderia	368.010	476.347
Telefone	25.594	31.699
Agua e Esgoto	26.877	22.633
Outros Custos	35.041	46.674
	112.228.961	96.964.979

- (i) Os Serviços de Terceiros compostos das despesas com a prestação de serviços médicos e realização de exames.
- (ii) Custos composto com medicamentos, OPMEs, gasoterapia, material de consumo hospitalar e materiais de expediente e limpeza.

19. Despesas Administrativas

	2024	2023
Despesa com Material (i)	1.751.575	1.582.044
Serviços de Terceiros (ii)	1.362.583	918.186
Energia Eletrica	677.069	529.811
Provisão para Contingências	522.910	-
Segurança e Vigilância	231.108	162.628
Manutenção	222.557	127.859
Passagens e Diárias	213.583	163.757
Outras despesas	212.364	241.544
Propaganda	165.921	195.132
Companhas e Congressos	113.428	44.627
Fretes	94.597	73.717
Seguros	76.397	13.308
Doações e Assistência Social	75.803	45.040
despesas tributárias	71.276	128.504
Telefone e Internet	60.020	54.565
Limpeza e Conservação	56.039	8.130
Despesas judiciais	38.648	3.080
Aluguel	28.184	750
Água e Esgoto	16.119	13.695
	5.990.181	4.400.378

- (i) Incluem materiais utilizado no período em manutenção e conservação, materiais de informática, material de expediente, limpeza, uniformes, copa e cozinha, material elétrico e para veículos.
- (ii) Incluem gastos com assessoria jurídica, consultoria em informática, sistema sisac (ERP).

20. Despesas com Pessoal

	2024	2023
Salários e Ordenados	9.793.967	8.190.390
Férias	1.221.507	1.061.269
FGTS	998.584	964.025
13º Salário	862.856	753.101
Vale Transportes	221.486	216.087
Seguro de Empregados (i)	135.518	129.606
Indenizações Trabalhistas	122.584	100.314
Aviso Prévio	75.080	109.621
Outras Despesas com Pessoal	49.492	34.052
	13.481.074	11.558.465

(i) Seguros de vida contratados para os colaboradores.

21. Outras Receitas e Despesas

	2024	2023
Outras Receitas		
Recuperação de Créditos Duvidosos (i)	4.453.683	573.056
Receita na venda de bens do Imobilizado	-	3.975
Outras Receitas	46.334	114.607
	4.500.017	691.638
Outras Despesas		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(39.071)	(4.024.909)
Custo na venda de bens do ativo imobilizado	(27.824)	(52.817)
Outras Despesas	(39.429)	(765)
	(106.324)	(4.078.491)
Total de Outras Receitas e Despesas	4.393.693	(3.386.853)

(i) Reversão da provisão para créditos de liquidação considerando que houve melhora nos recebimentos dos valores com atrasos acima de 90 dias (perdas provisionadas).

22. Resultado Financeiro

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Descontos Obtidos	43.968	15.847
Receitas Aplicação Financeira	1.520.918	822.415
	1.564.886	838.262
Despesas Financeiras		
Juros de Empréstimos	(4.288.049)	(4.566.466)
Juros de Parcelamento de Impostos	(1.255.755)	(1.357.653)
Outros Juros, Mora e Multas	(561.317)	(813.752)
Taxas e Tarifas Bancárias	(164.897)	(257.273)
Descontos Concedidos	(60)	-
	(6.270.078)	(6.995.144)
Resultado Financeiro Líquido	(4.705.192)	(6.156.882)

23. Tributos sobre as Atividades e Certificações

a. Certificações

A Entidade possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) conforme Portaria SAES/MS nº 984, de 09/10/2020, com validade de 02/03/2021 a 02/03/2024 que deferiu a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde. A Portaria nº 1.180 de 26/12/2023 publicada no Diário Oficial da União em 28/12/2023 prorrogou a vigência pelo período de 02 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2025. Tempestivamente a Fundação iniciou o processo de renovação da certificação que tem prazo de 12 meses para a conclusão do deferimento.

b. Tributação

Nos termos do artigo 150 da Constituição Federal de 1988 e conforme o que dispõe o artigo 14 da Lei nº 5.172/66, a FUNDAÇÃO ANTONIO JORGE DINO não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que asseguram sua exatidão. Portanto, é imune dos seguintes tributos:

- i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) - conforme o que preceitua a Lei Federal nº 9.532/1997.
- ii. Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) - incidentes sobre rendimentos de aplicações financeiras, financiamentos e apólices de seguros - como previsto na legislação fiscal vigente, inclusive, a Entidade tem enviado regularmente às instituições financeiras com as quais realiza operações financeiras, declaração de que é imune e, por esse motivo, não está sujeita à incidência do IRRF e do IOF sobre as referidas operações financeiras.
- iii. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a Entidade possui o Certificado de Imunidade Tributária vigente desde 17 de outubro de 2017. De acordo com o novo Código Tributário Municipal, Lei nº 4.974, de 26 de dezembro de 2016, no seu Art.8º, § 7º, não estabelece mais prazo de validade do Certificado de Imunidade Tributária. Conforme Despacho 55/2021-DPAF-GEISS-SEMF de 04 de outubro de 2021, a Divisão de Planejamento Fiscal do município de Teresina avaliou pela não

necessidade no momento de uma nova ação fiscal para análises do cumprimento dos requisitos da imunidade tributária.

- iv. A Entidade conta com imunidade em relação a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) por se enquadrar no artigo 15 da Lei no 9.532/97.
- v. A Entidade conta com imunidade em relação a Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sob prestações de serviços e rendimentos de aplicações financeiras - por decisão transitada em julgado - Acórdão no 9303-01.521 - 3a Turma Câmara Superior de Recursos Fiscais do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
- vi. A imunidade da contribuição a cargo da Entidade, destinada à Seguridade Social - Patronal (INSS) está relacionada a Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS).

Em atendimento ao art. 169, inciso VIII, alínea (d) da Portaria de Consolidação MS/GM nº 01 de 28/09/2017, são demonstrados a seguir, os valores, passíveis de mensuração razoável, relativos aos benefícios fiscais usufruídos, àqueles elencados no art. 55, da Lei 8.212/91, durante os exercícios de 2024 e 2023:

	2024	2023
IRPJ	9.316.521	3.964.253
CSLL	3.362.588	1.435.771
PIS s/ Folha de Pagamento	492.808	354.320
COFINS	2.955.204	3.264.908
INSS Patronal	8.370.871	7.106.921
ISSQN	4.847.096	5.399.599
IPTU	80.544	112.482
IPVA	10.904	13.918
	29.436.536	21.652.172

24. Atendimentos SUS e não SUS

A Entidade atua conforme programa e estratégia prioritária definidas pelo Ministério da Saúde através da Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016, art. 20, II - atenção oncológica: 1,5% (um e meio pontos percentuais), portanto, faz jus a índice percentual que será adicionado ao total da prestação de serviços ofertados ao SUS, observado o limite máximo de 10% (dez porcento), para fins de comprovação da prestação anual de serviços ao SUS.

Internações

Ano	SUS/SES		Não SUS		% SUS Internação
	Quantidade	Paciente/dia	Quantidade	Paciente/dia	
2022	6.296	40.790	762	705	98,30%
2023	8.371	41.295	933	1.112	97,38%
2024	9.939	46.739	1.045	1.323	97,25%

Ambulatorial

Ano	Número de atendimentos SUS+SES – (MA)	Número de atendimentos NÃO SUS
2022	321.073	86.243
2023	345.028	88.479
2024	386.145	99.831

Os percentuais de atendimentos para o Sistema Único de Saúde – SUS em 2024, 2023 e 2022 foram os seguintes:

Ano	Internação	Ambulatório	Ação prioritária	Total
2022	98,30%	10,00%	1,50%	109,80%
2023	97,38%	10,00%	1,50%	108,88%
2024	97,25%	10,00%	1,50%	108,75%
Média últimos 3 anos	97,64%	10,00%	1,50%	109,14%

A Entidade deve atingir 60% total dos atendimentos na média dos 3 anos anteriores ao pedido de renovação do CEBAS. Nos últimos 3 anos a média é de 97,64%.

25. Remuneração do Pessoal Chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui diretoria técnica, diretoria operacional, diretoria administrativa, gerentes, assistentes de diretoria e contador, todos celetistas e diretor financeiro, prestador de serviço pessoa jurídica.

A remuneração, que é estipulada de acordo com o valor de mercado, paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por seus serviços esta apresentada a seguir:

	2024	2023
Remuneração e Benefícios de Curto Prazo a Empregados	2.486.382	2.367.983
	2.486.382	2.367.983

Os valores estão registrados no resultado nos custos dos serviços vendidos e nas despesas com pessoal.

Os órgãos da administração, representados pelos Conselhos Administrativo e Conselho Fiscal, não possuem qualquer tipo de remuneração, seja ela direta, indireta, fixa ou variável.

26. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados atualmente pela Entidade estão restritos a investimentos de curto prazo, contas a receber e empréstimos e financiamentos em condições normais de mercado. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na Nota 3.a.

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, buscando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Os principais instrumentos financeiros, ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 são descritos abaixo, juntamente com os critérios para sua avaliação:

- Caixa e equivalentes de caixa e juros depósitos bancários: as contas correntes detidas em bancos têm valores de mercado semelhantes aos valores contábeis;
- Fornecedores: os valores reconhecidos representam a parcela em reais da aquisição;
- Empréstimos e financiamentos: os valores reconhecidos representam a parcela em Reais dos valores de liquidação na data-base de 31 de dezembro de 2024;

a. Risco de Crédito

A Entidade não possui risco de concentração e de crédito dos clientes, em função da diversificação da carteira de clientes, além da monitoração contínua das condições de vendas dos serviços;

No que se refere ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Entidade apenas realiza operações em instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating independentes.

b. Risco de Liquidez

A política de gestão de risco implica manter um nível seguro de caixa e equivalentes de caixa ou acessos a fundos imediatos. Desta forma, a Entidade possui investimentos com vencimento a curto prazo e liquidez imediata.

c. Gestão de Risco de Capital

Os objetivos da Entidade na gestão de seu capital são proteger a capacidade de continuar suas operações e garantir uma estrutura de capital adequada.

d. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Entidade estão evidenciados no quadro abaixo:

	Nível	2024 Valor contábil	2024 Valor Justo	2023 Valor contábil	2023 Valor Justo
Ativos					
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	35.238.823	35.238.823	35.191.982	35.191.982
Contas a Receber	1	22.270.362	22.270.362	25.436.383	25.436.383
Aplicações Financeiras	1	1.764.496	1.764.496	1.777.496	1.777.496
Adiantamentos	1	2.185.248	2.185.248	3.994.313	3.994.313
		61.458.930	61.458.930	66.400.175	66.400.175
Passivos					
Fornecedores	1	4.442.702	4.442.702	4.880.628	4.880.628
Empréstimos e Financiamentos	1	28.246.048	28.246.048	36.829.201	36.829.201
Outras Obrigações	1	105.667	105.667	36.326	36.326
		32.794.417	32.794.417	41.746.154	41.746.154

e. Instrumentos financeiros por categoria

		2024		
		Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos				
Caixa e Equivalentes de Caixa		35.238.823	-	-
Contas a Receber		-	22.270.362	-
Aplicações Financeiras		1.764.496	-	-
Adiantamentos		-	2.185.248	-
		36.969.478	24.455.610	-
Passivos				
Fornecedores		-	-	4.442.702
Empréstimos e Financiamentos		-	-	28.246.048
Outras Obrigações		-	-	105.667
		-	-	32.794.417
		2023		
		Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos				
Caixa e Equivalentes de Caixa		35.191.982	-	-
Contas a Receber		-	25.436.383	-
Aplicações Financeiras		1.777.496	-	-
Adiantamentos		-	3.994.313	-
		36.969.478	29.430.696	-
Passivos				
Fornecedores		-	-	4.880.628
Empréstimos e Financiamentos		-	-	36.829.201
Outras Obrigações		-	-	36.326
		-	-	41.746.154

27. Seguros (não auditado)

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Empresa mantém coberturas securitárias para os riscos que possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado da Empresa. Dentre as modalidades de seguros contratadas pela Empresa, são destaque:

- Riscos operacionais:** Cobertura de danos materiais ocasionados a prédios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios decorrentes de incêndio, raio e explosão, desentulho, alagamentos, quebra de maquinário, danos elétricos, almoxarifado, arquivos médicos, em 31 de dezembro de 2024, a importância segurada é de R\$ 747.231.904.

Tipo	Cobertura	2024	2023
Incêndio e explosão	Imobilizado	696.000.000	70.980.000
Seguro de Vida	Funcionários	49.500.000	49.500.000
Danos morais	Veículo	50.000	50.000
Danos Materiais/Corporais	Veículo	315.000	205.000
Roubo e Danos	Veículo	415.000	405.000
Roubo e Danos	Ambulância	240.000	240.000
Roubo e Danos	Ambulância	427.370	427.370
Roubo e Danos	Ambulância	284.534	284.534
		747.231.904	122.091.904

Cabe mencionar que essas informações não foram objeto de auditoria dos auditores independentes, PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.

* * * *

DocuSigned by:

Antônio Dino Tavares

C6CFE2336BE7436...

Antônio Dino Tavares
Vice-Presidente
CPF: 618.993.303-30

Assinado por:

João Batista Medeiros Filho

A1384A5D1C7943F...

João Batista Medeiros Filho
Diretor Financeiro Adjunto
CPF: 795.292.833-34

Assinado por:

Antônio Carlos Neves Mendes

0287BA95B07048C...

Antônio Carlos Neves Mendes
Contador
CPF: 101.002.023-49
CRC - MA - 5728/O-3